



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



ANA VIDA SOARES SANTOS

**MEDIAÇÕES DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO TURISMO: UMA ANÁLISE DAS
RELAÇÕES LABORATIVAS NO CLUB MÉDITERRANÉE.**

OURO PRETO
2025

ANA VIDA SOARES SANTOS

**MEDIAÇÕES DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO TURISMO: UMA ANÁLISE DAS
RELAÇÕES LABORATIVAS NO CLUB MÉDITERRANÉE.**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Rodrigo Meira Martoni

OURO PRETO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Vida Soares Santos

MEDIAÇÕES DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO TURISMO: uma análise das relações laborativas no Club Méditerranée

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 02 de setembro de 2025

Membros da banca:

Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni - Orientador - UFOP
Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim - UFOP
Prof. Dr. Bruno Martins Gomes- UFOP

Rodrigo Meira Martoni, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de
Conclusão de Curso da UFOP em 10 09 2025



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Meira Martoni, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em
05/02/2026, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0976256** e o código CRC
E36E355D.

Dedico este trabalho à minha mãe (*in memoriam*), eternizada para sempre no meu coração, que deixou um legado de força e coragem. Você é a mulher que eu mais admiro na vida. Essa conquista é para você.

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho, os agradecimentos são diversos, pois muitas pessoas contribuíram para esses seis anos de jornada até o momento atual. Em primeiro lugar, expresso minha gratidão a Deus, pois foi por meio da fé Nele que consegui enfrentar todos os desafios da vida.

Agradeço ao meu pai, que nunca hesitou em apoiar cada sonho meu. Obrigada pelo suporte de sempre.

Sou grata ao meu irmão, que é a base de tudo na minha vida. Obrigada pela proteção, amor e apoio, e por ser tão presente na minha vida. Sem você, eu não teria chegado até aqui. A todos os meus familiares que me enviaram apoio à distância, em especial à Dila, Tia Sara, Tia Preta e à minha avó Nizinha, por se fazerem presentes.

Agradecimento especial aos meus amigos de Ouro Preto pelo companheirismo e amizade durante essa jornada: Mensalão, CDF, Galego, Fila, Pocona, Rayara, Bonsai, Xande, Suruba e todos os meus amigos da República Canil.

À Manuca, pelo amor, lealdade, companheirismo e cuidado. Você fez essa reta final ser mais leve.

À minha amada República Life, por ter sido lar e família durante todos esses anos. Foi incrível dividir a vida com mulheres tão fortes e únicas. Obrigada por terem marcado a minha geração: Ventosa, 1000pala, Alck, Arle, PM, Frajola, Prefeita, Juju, Yasmim, Julya. E a todas as ex-alunas e homenageados, em especial Alvin, Cigana e SDN.

Ao meu orientador, Rodrigo Martoni, pela disponibilidade e pelo interesse que depositou no meu trabalho. Obrigada pelos meses de orientação que colaboraram significativamente.

Por último, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e à EDTM pelo excelente ensino e pelas inúmeras oportunidades proporcionadas ao longo da graduação.

“O trabalhador é a mercadoria que produz a riqueza, mas não se apropria”

O Capital
Karl Marx

RESUMO

Este estudo examina as transformações nas formas de organização do trabalho e da produção no contexto do capitalismo contemporâneo, com especial atenção aos efeitos provocados pelas revoluções industriais e às estratégias de apropriação do tempo livre pelo capital. Por meio de uma abordagem que combina revisão bibliográfica e análise empírica da vivência laboral no setor de turismo, busca-se compreender como as novas dinâmicas produtivas operam nos espaços que tradicionalmente se apresentam como não produtivos, como o lazer e a hospitalidade. A hipótese que orienta a pesquisa é a de que empresas do setor turístico, a exemplo do Club Med, exemplificam formas sofisticadas de exploração, ao fundirem trabalho e lazer em um mesmo dispositivo de valorização do capital. A experiência dos trabalhadores nesses espaços revela a presença de mecanismos de controle simbólico e material, mascarados por discursos de igualdade, descontração e pertencimento. Os resultados apontam que o turismo, longe de representar uma ruptura com a lógica produtiva, se insere de modo central nas novas estratégias de acumulação, caracterizadas pela colonização do tempo livre e pela intensificação do trabalho em suas dimensões emocional e relacional.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo. Turismo. Revoluções industriais. Trabalho e lazer.

ABSTRACT

This study examines the transformations in the organization of labor and production within the context of contemporary capitalism, with particular emphasis on the impacts generated by the industrial revolutions and the strategies through which capital appropriates free time. Employing a methodological approach that combines bibliographic research with empirical analysis of work experience in the tourism sector, the research aims to understand how new productive dynamics operate within domains traditionally considered non-productive, such as leisure and hospitality. The central hypothesis is that tourism companies, exemplified by Club Med, represent sophisticated forms of exploitation by merging labor and leisure into a single mechanism for capital valorization. The experiences of workers in these environments reveal the existence of symbolic and material control structures, concealed by narratives of equality, relaxation, and belonging. The findings indicate that tourism, rather than breaking with the productive logic, plays a pivotal role in contemporary accumulation strategies, characterized by the colonization of free time and the intensification of labor in its emotional and relational dimensions.

Keywords: Contemporary capitalism. Tourism. Industrial revolutions. Labor and leisure.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CEO	Chief Executive Officer (Diretor Executivo)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Club Med	Club Méditerranée
EUA	Estados Unidos da América
G.Es	Gentis Empregados
G.Os	Gentis Organizadores
TI	Tecnologia da Informação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS NOVAS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO E PRODUÇÃO NO CAPITALISMO	14
2.1 Da Primeira à Quarta Revolução Industrial: Impactos no Sistema Produtivo e nas Relações de Trabalho	14
2.2 A reconfiguração do ócio como elemento produtivo na lógica capitalista	23
3 O TRABALHO NO TURISMO: Da História do Club Med ao Relato de Experiência como Expressão da Produção de Valor no Resort	28
3.1 Club Med: Fundamentos Históricos e sua Influência na Cultura do Turismo	27
3.2 Trabalho no Turismo: A Produção de Mais-Valia	29
3.3 Entre o Trabalho e o Lazer: Um Relato de Experiência como Funcionária no Club Med	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua trajetória histórica, o capitalismo tem promovido transformações estruturais nas formas de produção e nas relações sociais de trabalho, reconfigurando de maneira contínua os fundamentos que sustentam sua dinâmica de acumulação. Desde os primórdios da Revolução Industrial, no final do século XVIII, o processo de industrialização intensificou a dissociação entre os produtores diretos e os meios de produção, ao mesmo tempo em que consolidou o trabalho assalariado como eixo estruturante da organização econômica. Com o advento das máquinas e da mecanização das atividades produtivas, instaurou-se um novo padrão técnico e social, centrado na produtividade intensificada, na racionalização do tempo e na padronização das operações fabris. O artesanato, limitado em escala e ritmo, deu lugar a um modelo de produção orientado por metas de desempenho e pela ampliação do lucro. Esse rearranjo foi viabilizado por contextos específicos: o cercamento das terras, o deslocamento compulsório das populações rurais e a conformação de uma massa de trabalhadores dependente da venda da força de trabalho para sobreviver (Lima; Neves, 2006).

No decorrer das sucessivas revoluções industriais, esse modelo original foi amplificado e remodelado por novas tecnologias, estratégias empresariais e formas de regulação do trabalho. Da introdução da eletricidade e do petróleo como fontes energéticas, passando pela automação e digitalização dos processos produtivos, até o advento da inteligência artificial e da plataformaização, o sistema capitalista se valeu de diferentes inovações para ampliar a capacidade de gerar mais-valor. Em paralelo, redefiniu as fronteiras entre o tempo de produção e o tempo de descanso, incorporando dimensões antes alheias ao circuito produtivo — como o lazer, o entretenimento e a sociabilidade — à lógica da mercantilização e do controle. A análise dessas transformações revela que o capital não apenas reorganiza os espaços de trabalho, mas também penetra esferas subjetivas e simbólicas, estendendo seus dispositivos de apropriação para além do campo tradicional da fábrica (Klaus, 2019).

Com base nessa leitura crítica da história econômica e social do capitalismo, o presente estudo tem como propósito examinar as novas formas de organização do trabalho e da produção que emergem na contemporaneidade, particularmente a partir das quatro grandes revoluções industriais, com ênfase em suas implicações para o setor do turismo. A escolha desse campo de análise justifica-se por sua natureza ambivalente: trata-se de uma atividade que articula consumo e prazer, mas cuja engrenagem depende, cada vez mais, da intensificação do trabalho, da padronização de condutas e da extração sistemática de valor a

partir da mobilização do tempo livre. Nesse sentido, o turismo oferece um terreno fértil para observar os mecanismos sofisticados de exploração sob formas aparentemente despojadas de coerção, onde o controle se apresenta diluído na promessa de experiências e bem-estar.

A pesquisa fundamenta-se em dois procedimentos metodológicos articulados: uma revisão bibliográfica extensiva, que recorre a autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais, da economia política e dos estudos do trabalho; e a análise empírica da experiência profissional da pesquisadora no Club Med, resort internacional reconhecido por sua estrutura singular de gestão de pessoas e de organização do trabalho. A pesquisa com base materialista, e a coleta sistematizada de impressões vivenciadas permitiram apreender, em escala micro, como as estratégias de valorização do capital se materializam nas práticas cotidianas de trabalhadores inseridos em uma lógica produtiva que combina elementos do lazer, da hospitalidade e do desempenho. O cruzamento entre os dados empíricos e os referenciais teóricos forneceu o alicerce para uma abordagem crítica que busca ir além da descrição, lançando luz sobre as contradições e tensões que atravessam o mundo do trabalho contemporâneo.

A hipótese central que orienta esta investigação sustenta que a estrutura organizacional do Club Med exemplifica uma tendência mais ampla de absorção do tempo livre pelo capital produtivo. A convivência entre funcionários e hóspedes, a narrativa institucional que promove a ideia de pertencimento e igualdade simbólica, e a incorporação de dispositivos de controle emocional e comportamental são indícios de uma reconfiguração profunda nas estratégias de mobilização da força de trabalho. Nessas circunstâncias, o que se apresenta como experiência compartilhada revela-se, em sua essência, um arranjo que visa intensificar a geração de mais-valor, mascarando desigualdades materiais sob o véu da cordialidade institucionalizada.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho consiste em compreender de que maneira as reconfigurações contemporâneas do capitalismo afetam o setor do turismo e as relações laborais que nele se desenvolvem. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: examinar as transformações históricas nas formas de produção, com base nas quatro grandes revoluções industriais; analisar a apropriação do tempo livre como estratégia de prolongamento do processo produtivo; investigar as modalidades de extração de mais-valor no contexto das práticas laborais do Club Med; e refletir criticamente sobre os limites entre discurso de liberdade e as formas concretas de subordinação presentes no ambiente de trabalho turístico.

O desenvolvimento do trabalho está estruturado em três blocos analíticos. No primeiro, aborda-se a evolução das dinâmicas produtivas, desde a Primeira até a Quarta

Revolução Industrial, destacando as implicações dessas mudanças para as formas de organização do trabalho. O segundo capítulo concentra-se na análise da instrumentalização do lazer como elemento funcional da lógica capitalista, com ênfase na conversão do tempo livre em tempo produtivo. O terceiro e último capítulo realiza uma leitura crítica da experiência laboral no Club Med, articulando os aportes teóricos discutidos previamente com a realidade observada na prática. A articulação entre esses blocos visa construir uma narrativa coerente sobre os deslocamentos contemporâneos do trabalho, destacando o papel do turismo como setor paradigmático na atual fase do capitalismo.

Ao propor essa reflexão, o estudo busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a expansão do trabalho imaterial, a colonização dos afetos e o avanço de novas estratégias de extração de valor nas sociedades contemporâneas. A compreensão das metamorfoses do trabalho em ambientes como o Club Med permite lançar luz sobre os modos sutis — porém intensamente eficazes — com que o capital se apropria do tempo, do corpo e da subjetividade dos indivíduos, revelando que, mesmo em contextos aparentemente distantes da fábrica tradicional, persiste a lógica da exploração e da acumulação.

2 AS NOVAS ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO E PRODUÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

2.1 Da Primeira à Quarta Revolução Industrial: Impactos no Sistema Produtivo e nas Relações de Trabalho.

O surgimento das revoluções industriais marcou uma transformação profunda nos modos de produção e nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais ao longo da história. Cada fase desse processo foi caracterizada por inovações tecnológicas que redefiniram a forma como o trabalho era organizado e os bens eram produzidos, impactando diretamente a vida das pessoas e o desenvolvimento do capitalismo.

O advento da Primeira Revolução Industrial teve como ponto de inflexão a melhoria significativa da máquina a vapor, realizada por James Watt. Originalmente utilizada em tecelagens, essa inovação transformou-se em alicerce de uma nova etapa produtiva, marcada pelo aumento da capacidade fabril e pela crescente mecanização dos processos (Flamino, 2023). Tal avanço tecnológico impulsionou mudanças estruturais profundas, substituindo gradualmente o modelo comercial por um sistema industrial de larga escala, orientado para a acumulação de capital e para a produção em série. O impacto dessa transição repercutiu de forma duradoura, alterando as bases da organização econômica e deixando marcas evidentes nas formas atuais de produção e trabalho, como destacam Cavalcante e Silva (2011).

Esse processo de industrialização não apenas alterou as formas de produzir, como também modificou profundamente a percepção social do trabalho e a posição ocupada pelos trabalhadores na cadeia produtiva. O operariado passou a ser integrado a um sistema que exigia regularidade, subordinação e eficiência, sendo concebido como parte essencial da engrenagem econômica emergente. Tal cenário contribuiu para a intensificação dos fluxos migratórios do campo para as cidades, provocando um crescimento urbano acelerado, motivado pela busca por emprego nas novas instalações fabris. Hobsbawm (2010, p. 56) observa que essa migração maciça foi determinante para a consolidação das cidades industriais, promovendo a reorganização do espaço urbano e o surgimento de novas relações sociais ancoradas nas exigências do capital manufatureiro.

O primeiro e talvez mais crucial fator que tinha que ser mobilizado e transferido era o da mão-de-obra, pois uma economia industrial significa um brusco declínio proporcional da população agrícola (isto é, rufai) e um brusco aumento da população não agrícola (isto é, crescentemente urbana), e quase certamente (como no período em apreço) um rápido aumento geral da população, o que portanto implica, em primeira instância, um brusco crescimento no fornecimento de alimentos,

principalmente da agricultura doméstica — ou seja, uma “revolução agrícola (Hobsbawm, 2010, p.56).

A partir da crescente expansão industrial e do desenvolvimento do capitalismo, a busca incessante pelo lucro tornou-se o principal motor das relações de produção. Esse objetivo, centrado na acumulação de capital, levou à intensificação da exploração da força de trabalho, dos assalariados e das diversas classes e camadas sociais - as forças de trabalho de todos (com exceção da burguesia) era exaurida em prol da produtividade e do enriquecimento de poucos:

O capital tem horror à ausência do lucro ou do lucro pequeno, como a natureza do vazio. Com lucro adequado o capital torna-se audaz; com 10%, seguro; com 20%, excitado; com 50% de lucro, temerário; com 100% pisoteará qualquer lei humana; com 300% de lucro não há crime que não arrisque, mesmo sob a ameaça da força. Se tumulto e confusão trouxerem lucro, serão pelo capital encorajados (Marx, 1974, p. 712).

O processo industrial, impulsionado pela separação entre trabalhadores e meios de produção, teve um impacto maior na Inglaterra do que em outros países, como a França, favorecendo a urbanização e a expansão do espaço urbano (Martoni, 2019). Esse fenômeno não se limitou à construção de cidades, mas representou a consolidação da influência da lógica urbana sobre o campo (Lefebvre, 1999), com a reestruturação de antigas e novas forças produtivas.

De acordo com Braverman, (1980), as novas relações sociais, moldadas pelo avanço do capital, passaram a dominar diversas esferas da vida, promovendo a fragmentação da produção familiar e a separação entre cidade e campo. Esse processo foi acompanhado pela institucionalização de mercados que passaram a controlar aspectos essenciais da existência humana, como saúde, moradia, transporte, alimentação e lazer, estendendo-se de forma global com o avanço da industrialização e do crescimento econômico, tudo para os ““economicamente ativos” e em ‘funcionamento’”.

A principal característica das relações de trabalho no século XIX foi a consolidação do trabalho assalariado em larga escala. A indústria, impulsionada por novas máquinas e sistemas de produção em massa, demandava grande quantidade de mão de obra concentrada em fábricas. Os trabalhadores, submetidos a jornadas longas e extenuantes, de 12 a 14 horas diárias, seis dias por semana, viam seu tempo rigidamente controlado pela lógica da produção e do lucro – Para Cunningham (1970), nesse contexto, o tempo livre — ou seja, o tempo fora do trabalho — era escasso e, muitas vezes, pouco valorizado. Havia, impregnada no

imaginário dos trabalhadores ingleses da manufatura, a ideia de que tinham, por direito de nascimento, o privilégio da liberdade e independência em relação a operários de outros países. Porém, pela lógica capitalista vigente, em um Estado de caráter comercial, no qual a maior parte da população é desprovida de propriedade, caberia aos operários a resignação frente à necessidade de jornadas laborais mais extensas sem a correspondente elevação salarial, com o objetivo de preservar a ordem social e a estabilidade econômica.

Essa resignação frente à exploração intensificou-se com o avanço da industrialização, que agravou ainda mais as condições de trabalho. Segundo Ruas (2021), no século XVIII, os filantropos e moralistas consideravam as 12 horas de trabalho por dia como um ideal, visto como um “limite máximo” aceitável. Contudo, esse limite foi rapidamente superado, à medida que as demandas da produção fabril aumentavam. De acordo com Dos Santos (2011), as fábricas modernas transformaram-se em locais de punição, comparáveis a instituições de correção, onde massas de trabalhadores eram forçadas a jornadas de 12 a 14 horas diárias, sob condições extenuantes. Essa exploração não se restringia aos homens, estendendo-se também a mulheres e crianças, que eram submetidas às mesmas jornadas exaustivas, muitas vezes recebendo salários inferiores e trabalhando em ambientes insalubres.

Rezende (2006) aborda que, no contexto do capitalismo, movimentos operários começaram a se organizar no final do século XIX e início do século XX, buscando condições de trabalho mais dignas, jornadas reduzidas e remuneração justa, em resposta às referidas condições insalubres. A conquista de direitos, como a redução da carga horária de trabalho e o reconhecimento do direito à sindicalização ocorreram a partir de Organizações como sindicatos, pela mobilização e na defesa dos interesses dos trabalhadores, resultando em importantes legislações que visavam proteger a força de trabalho, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil.

Para a manutenção dos altos níveis de produtividade, era necessário implementar uma estratégia que pudesse trazer como resultado não somente o aumento em si, mas maior qualidade, novos produtos e processos, cunhando a 2ª Revolução Industrial, em que se deu a implementação do modelo fordista. Desenvolvido por Henry Ford no início do século XX, baseava-se na produção em massa por meio da padronização de processos e da utilização da linha de montagem, o que permitia a fabricação de grandes quantidades de produtos de forma rápida e com custos reduzidos (Ribeiro, 2003).

A Segunda Revolução Industrial deve ser entendida como uma etapa de continuidade e expansão do processo industrial que teve início no século XVIII, sem configurar um

rompimento com as bases previamente estabelecidas. Segundo Cuogo (2012), trata-se de um desdobramento progressivo das transformações já em curso, caracterizado pelo aprimoramento das técnicas produtivas, pelo avanço nos sistemas de geração de energia — como o uso do petróleo e da eletricidade — e pela consolidação de novas formas de organização fabril. Além disso, esse período foi marcado pela expansão geográfica da industrialização, alcançando regiões antes periféricas no cenário econômico global. A intensificação desses elementos possibilitou o surgimento de um novo arranjo produtivo, que não substituiu a lógica anterior, mas a ampliou e aprofundou, reforçando os fundamentos da modernização industrial sem instaurar uma quebra paradigmática entre as duas fases.

O aço, devido à sua maior resistência e durabilidade, substituiu o ferro como a principal matéria-prima nas indústrias. Sua produção foi facilitada por inovações tecnológicas, como o processo Bessemer e a fornalha Siemens-Martin, que permitiram a fabricação de aço de maneira mais eficiente e econômica. Essa mudança resultou em uma queda de preço entre 80% e 90% entre 1860 e 1895, promovendo a substituição do ferro pelo aço em setores como ferrovias, construção naval e indústria bélica, impulsionando sua produção (Dathein, 2003).

Durante o período correspondente à Segunda Revolução Industrial, registrou-se a consolidação de novas matrizes energéticas, entre as quais se destacaram a eletricidade e os derivados do petróleo, que passaram a ocupar posição central na sustentação das atividades produtivas e na organização da vida urbana. Como observado por Fragoso et al. (2008), a introdução da energia elétrica promoveu profundas alterações na dinâmica social e econômica, permitindo a extensão da jornada de trabalho com a criação da lâmpada elétrica, o que redefiniu a noção de tempo produtivo. No campo dos transportes, o advento da locomotiva provocou uma reestruturação significativa na mobilidade espacial, reduzindo distâncias e interligando territórios que antes se encontravam à margem das principais rotas comerciais. A malha ferroviária em expansão contribuiu não apenas para o escoamento mais eficiente de mercadorias, mas também para a disseminação de ideias e a reorganização da hierarquia urbana, deslocando o protagonismo antes concentrado em áreas portuárias. A evolução dos sistemas de comunicação, impulsionada pela invenção do telefone, também desempenhou papel relevante ao viabilizar a troca imediata de informações em escalas até então inéditas.

Simultaneamente, o processo de eletrificação das unidades fabris e dos centros urbanos permitiu ganhos substanciais em termos de eficiência produtiva e transformação das estruturas de transporte coletivo, com a introdução de bondes e composições ferroviárias movidas a eletricidade. O uso crescente do petróleo, associado à invenção dos motores de combustão interna, alterou substancialmente o setor industrial e os modais rodoviários, promovendo uma substituição paulatina do carvão mineral — outrora predominante durante a Primeira Revolução Industrial — como principal insumo energético. Tais mudanças não apenas refletiram avanços tecnológicos, mas também expressaram novas formas de organização do capital e da produção, marcando de maneira definitiva os rumos da modernização industrial (Santos, 2022).

Essa fase da Revolução Industrial foi caracterizada pela busca por maiores lucros, pela crescente especialização do trabalho e pela expansão da capacidade produtiva (Silva; Gasparin, 2015).

O grande impacto da segunda Revolução foi a descoberta da eletricidade além das melhorias nos meios de transportes, transição do ferro para o aço, pouco tempo depois avanços na comunicação foram explorados (Pasquini, 2020, p. 32).

A recessão de 1973, agravada pela crise do petróleo, rompeu com o modelo fordista ao desencadear processos que levaram à estagflação e à necessidade de reestruturação econômica. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por intensos reajustes sociais, políticos e industriais, dando origem a novas formas de organização (Harvey, 1992). Segundo Mattoso (1995), a intensificação da concorrência internacional enfraqueceu os vínculos entre empresários e trabalhadores. A crise econômica expôs a ineficácia dos modelos tradicionais de desenvolvimento dos EUA, enquanto o medo do desemprego pós-guerra e do socialismo real impulsionou uma reestruturação econômica dissociada do Estado de Bem-Estar, do pleno emprego e da gestão da demanda agregada.

Conforme destaca Harvey (1992, p. 135-136), esse processo de transformação foi dificultado em razão de:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariante. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava a configuração indomável e aparentemente fixa do poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estrita que solaparam, em vez de garantir, a acumulação do capital (Harvey, 1992, p.135-136).

A Terceira Revolução Industrial teve como marco introdutório o avanço da Tecnologia da Informação (TI), em meados da década de 1960, também conhecida como Revolução Técnico-Científica e Informacional (essa nomenclatura, em todas as pesquisas, aponta para a terceira revolução ao invés da quarta) resultou dos avanços tecnológicos dos séculos XX e XXI (Silva et al., 2002). A Terceira Revolução Industrial, iniciada na década de 1960, foi marcada pelos avanços na robótica, microeletrônica e automação, transformando a organização produtiva, os transportes, as comunicações e a cultura. Esse período teve início com inovações tecnológicas que se consolidaram no pós-Segunda Guerra Mundial (1950 a 1990), com destaque para o desenvolvimento da informática e das telecomunicações. No entanto, a plena expressão dessas inovações, como a robótica, só foi possível com o surgimento de tecnologias da Quarta Revolução Industrial, como a internet, que chegou ao Brasil no final dos anos 1990.

Esse período marcou uma renovação nos processos econômicos, políticos e sociais, caracterizada por grande dinamismo - as inovações, como a robótica, microeletrônica e automação, impulsionaram o desenvolvimento das forças produtivas e transformaram a organização produtiva, os transportes, a comunicação e a cultura.

Junto com as incessantes inovações técnico-científicas, surgem novos paradigmas de gestão e produção, o que faz com que o taylorismo e fordismo sejam aos poucos superados pelo toyotismo, ao mesmo tempo, observa-se a implantação da chamada acumulação flexível, que em alguns casos representaria um retorno às atividades de pequeno porte, subordinadas ao grande capital. Para além disso, houve o declínio das taxas de produtividade nas economias modernas, dificultando a manutenção dos altos níveis de lucro. Isso levou a uma estagnação secular da taxa de lucro (Prado, 2015). Como consequência dessa questão o que se percebe é a ocorrência de problemas socioeconômicos cada vez mais frequentes para a sociedade moderna.

Para Medeiros e Rocha (2004), o aprofundamento da mundialização da economia tem desencadeado alterações significativas nas relações de trabalho, influenciando diretamente a composição, estrutura e funcionamento do mercado laboral. Nesse contexto, observa-se a rápida difusão de tecnologias de automação e digitalização, acompanhada pelo avanço de modelos produtivos que privilegiam a racionalização da força de trabalho. Essas transformações resultaram em um aumento considerável nos índices de desemprego, sobretudo nos segmentos industriais e agrícolas, ao mesmo tempo em que remodelaram as

formas de inserção ocupacional. As diretrizes orientadas por uma lógica neoliberal — predominantes nas últimas décadas — têm favorecido a flexibilização das normas trabalhistas, a redução de garantias formais e o estímulo à informalidade, agravando a exclusão de amplas parcelas da população economicamente ativa. Nesse cenário, o distanciamento do trabalhador em relação ao emprego regulado ocorre como resultado direto da automatização dos processos produtivos, da precarização dos vínculos empregatícios e da intensificação da concorrência no âmbito internacional.

A denominada “sociedade informática” mantém a estrutura fundamental do capitalismo, assegurando a continuidade da propriedade privada, ainda que esta tenha sofrido alterações significativas em sua natureza. Schaff (1993, p. 44) observa que os processos de digitalização, aliados à expansão da globalização, modificaram profundamente a maneira como o conceito de propriedade é concebido e operacionalizado. Nesse novo arranjo, o direito de propriedade não se restringe exclusivamente a bens materiais, como terras, imóveis ou objetos físicos, mas abrange também elementos intangíveis, a exemplo de dados, softwares, patentes e demais ativos digitais, os quais adquirem centralidade econômica e passam a ser geridos como recursos estratégicos no cenário global.

O desenvolvimento da microeletrônica desencadeou um processo de reorganização produtiva que alterou profundamente a forma como a tecnologia passou a ser incorporada no setor industrial e, por consequência, na vida social. Essa transformação resultou na gradativa substituição da mão de obra direta por equipamentos automatizados, em especial pela robótica, capaz de executar tarefas com maior rapidez, precisão e eficiência. Nesse contexto, verifica-se a consolidação de um novo paradigma produtivo vinculado ao que se convencionou denominar Quarta Revolução Industrial. Esse estágio caracteriza-se pela incorporação de técnicas avançadas, sistemas digitais integrados e inovações tecnológicas que modificam substancialmente os métodos de produção e gestão, repercutindo tanto na dinâmica econômica global quanto nas relações sociais que dela decorrem.

Segundo Antunes (2019), nas últimas décadas do século passado, floresceram muitos mitos acerca do trabalho. Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) não foram poucos os que acreditaram que uma nova era de felicidade se iniciava: trabalho on-line, digital, era informacional, finalmente adentrávamos no reino da felicidade propiciado pela Revolução 4.0. Contudo, considerando que a tecnologia não é neutra, o chamado “reino da felicidade” acaba ficando ainda mais distante da classe trabalhadora.

Assim, o avanço tecnológico representa uma transição para um modelo industrial mais sofisticado e eficiente, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias digitais e sistemas automatizados, com processos de produção amplamente ou totalmente robotizados, estabelecendo-se como Quarta Revolução Industrial, formalmente, a partir de 2010. Schwab (2019, p. 19) discorre:

[...] A quarta revolução industrial, no entanto, não diz respeito apenas a sistemas e máquinas inteligentes e conectadas. Seu escopo é muito mais amplo. Ondas de novas descobertas ocorrem simultaneamente em áreas que vão desde o sequenciamento genético até a nanotecnologia, das energias renováveis à computação quântica. O que torna a quarta revolução industrial fundamentalmente diferente das anteriores é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos (Schwab, 2019, p.19).

Em outras palavras, a Revolução 4.0 representa uma transformação no sistema de produção, impulsionada pelo uso avançado de novas tecnologias, como a robótica, a Internet das Coisas (IoT), a inteligência artificial e o uso de big data. Além disso, envolve a integração dessas tecnologias com a sociedade, afetando a forma como as pessoas vivem, interagem e trabalham.

A maneira como a produção ocorre influencia diretamente a organização social, conforme defendido pela teoria do materialismo histórico. Segundo Marx e Engels (2007, p. 47), “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” - o sistema produtivo e a divisão de classes determinam a estrutura social, de modo que mudanças no modo de produção geram transformações sociais. A Revolução 4.0 já impacta essa organização, especialmente nas relações de trabalho, desafiando os direitos trabalhistas e exigindo adaptações na Justiça do Trabalho.

De acordo com Almeida (2003), no século XXI, embora a força de trabalho global tenha se expandido, o número de empregos formais diminuiu, e as condições de trabalho tornaram-se mais instáveis e precarizadas. Além do desemprego crescente, muitos trabalhadores enfrentam a flexibilização e a informalidade, resultando na redução de direitos e salários. Tais condições traduzem exatamente a lógica do capital, que reorganiza as relações de trabalho de forma a maximizar a eficiência para os processos de acumulação e reduzir custos.

Para além, o capitalismo, como modo de produção moderno, diferencia-se das sociedades de classe anteriores pela produção de mais-valia, baseada na relação “capital versus trabalho” entre burguesia e proletariado. Nessa dinâmica, o capitalista investe em

meios de produção e força de trabalho, sendo que o valor gerado pelo trabalhador não é integralmente repassado a ele, mas apropriado em grande parte pelo empregador (Marx, 1996). A produção de mais-valia, em suas configurações absoluta e relativa, é um elemento central dessa apropriação. A mais-valia absoluta refere-se ao aumento da quantidade de trabalho realizado pelo trabalhador dentro de uma jornada de trabalho, sem alteração nas condições de trabalho. Por outro lado, a mais-valia relativa é obtida por meio da intensificação do trabalho, o que implica melhorias na produtividade do trabalhador:

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. [...] [A mais-valia relativa] pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário (Marx, 2006, p.568).

Essas configurações da produção de mais-valia exemplificam a dinâmica de exploração que, nos moldes capitalistas, envolvem dois atores sociais: o personificador do capital e o do trabalho. Tal relação revela como “novo proletariado” - ““*les nouveaux prolétaires*”” (Martoni, 2019, p. 146), é uma característica intrínseca do modo de produção capitalista. Assim, o capitalista pode aumentar sua apropriação do valor produzido simplesmente estendendo a jornada laboral.

Na Quarta Revolução Industrial, esse processo assume novas características devido à automação, inteligência artificial e digitalização da produção. Com a crescente substituição do trabalho humano por máquinas e algoritmos, a extração de mais-valia ocorre não apenas pelo aumento da produtividade, mas também pela redução do custo da força de trabalho. Modelos como o trabalho por demanda (*gig economy*) e a plataformaização ampliam a precarização, ao mesmo tempo que permitem a ampliação dos lucros sem a necessidade de vínculos empregatícios formais. Assim, a exploração do trabalho persiste, mas com novas estratégias de acumulação, adaptadas à era digital e às novas formas de organização do trabalho (Araújo, 2024).

A atual fase de desenvolvimento técnico-científico, identificada como Quarta Revolução Industrial, tem reconfigurado profundamente os modelos produtivos em escala global. O uso intensificado de tecnologias autônomas, o avanço da inteligência artificial e a incorporação sistemática da digitalização nos processos produtivos têm gerado uma reorganização significativa das formas de trabalho. Esse novo arranjo produtivo caracteriza-se

pela substituição paulatina da mão de obra humana por sistemas automatizados, o que não apenas eleva os níveis de produtividade, como também promove uma redução expressiva nos custos com força de trabalho. Modalidades laborais associadas à economia sob demanda, como as inseridas no modelo da *gig economy*, e a intermediação por plataformas digitais evidenciam essa nova dinâmica. A ausência de vínculos empregatícios tradicionais, somada à fragmentação das atividades, favorece a expansão da acumulação de capital, ao mesmo tempo em que acentua os mecanismos de precarização do trabalho. Ainda que renovadas em sua aparência, essas estratégias continuam sustentadas pela lógica da exploração, agora adaptada às exigências do capitalismo digital e à fluidez das formas contemporâneas de inserção no mercado.

Diante desse panorama, Antunes (2013) observa a ascensão do setor terciário como elemento fundamental na nova configuração do sistema produtivo. A retração de empregos nos setores agrícola e industrial, provocada pelo avanço tecnológico, transfere para as atividades de serviços o papel de principal absorvedor da força de trabalho. No entanto, esse deslocamento não se traduz em estabilidade ou melhoria das condições laborais. Pelo contrário, evidencia-se o predomínio de vínculos frágeis, jornadas irregulares e múltiplas funções desempenhadas por um mesmo trabalhador, configurando uma morfologia do trabalho marcada pela instabilidade estrutural. O setor de serviços, ao expandir-se sob os princípios da flexibilização e da rentabilidade, passa a incorporar de forma intensa os mecanismos típicos da lógica neoliberal, aprofundando o distanciamento entre a produção de valor e a garantia de direitos historicamente associados ao trabalho formal.

2.2 A Reconfiguração Do Ócio Como Elemento Produtivo Na Lógica Capitalista

O trabalho é a base fundamental da existência humana (Marx, 1996), pois representa a mediação entre o homem e a natureza, sendo um elemento ineliminável da condição humana. Essa atividade primária não apenas garante a subsistência, mas também constitui o ponto de partida para o desenvolvimento social, uma vez que, por meio da interação contínua com a natureza, os indivíduos constroem historicamente as condições necessárias para a produção e reprodução da vida em sociedade. Nesse sentido, a dimensão social do trabalho desempenha organiza também as relações humanas, pois é por meio dele que os indivíduos estabelecem vínculos, colaboram e estruturam modos de produção específicos, influenciando diretamente a configuração das desigualdades sociais.

A produção da riqueza social, resultante do trabalho coletivo sustenta a sociedade, ao mesmo tempo em que impulsiona seu avanço para novas formas de sociabilidade, nas quais podem ou não existir relações de poder. De qualquer forma, enquanto o capital for a relação social preponderante, às relações de poder para fins de acumulação e subtração expandida tendem a se acentuar. Consequentemente, destaca-se, na referida relação, uma das características estruturais do capitalismo: a geração de desigualdades econômicas. Essas se refletem diretamente na distribuição do tempo livre e na possibilidade de acesso ao lazer. Enquanto uma parcela da população usufrui de momentos de descanso e atividades recreativas como parte de um estilo de vida confortável, trabalhadores de baixa renda frequentemente enfrentam jornadas exaustivas e condições precárias, tornando o lazer um luxo distante (Ramos; Ortiz; Paula, 2023).

Dessa forma, o sistema reforça a dicotomia entre aqueles que podem desfrutar do ócio e aqueles para quem ele se torna praticamente inviável, perpetuando assim as disparidades sociais e consolidando a alienação do trabalhador em relação ao próprio tempo. Assim, o ócio como elemento produtivo passa de figurativo para uma cultura, propriamente dita, do capitalismo contemporâneo. Uma cultura na qual o lazer é percebido não como um direito fundamental, mas como um privilégio acessível apenas a alguns ou, em muitos casos, como uma perda de tempo que deveria ser preenchida com atividades produtivas - todo um fenômeno em busca maximizar a extração de valor do trabalho humano, naturalizando a ideia de que o tempo deve ser continuamente dedicado à produção e ao desempenho econômico (Corrêa, 2002).

“O lazer encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão” (Aquino; Martins, 2007). O ócio foi transformado em um instrumento para estimular a produção de mercadorias, sendo utilizado para fomentar a criação de falsas necessidades materiais, em que tal dinâmica de consumo excessivo (intrínseco ao sistema), resulta na acumulação de riquezas por alguns indivíduos, possível apenas por meio da subtração de recursos e oportunidades de outros. Se a produção fosse orientada para atender às verdadeiras necessidades e carências das pessoas, em vez de gerar consumo desenfreado, todos poderiam usufruir de tecnologias avançadas de maneira ambientalmente responsável e ter acesso ao lazer. Assim, o problema central não reside apenas no consumismo, mas na estrutura de acumulação que perpetua desigualdades e limita o acesso equitativo aos bens e serviços. Portanto, a transformação do ócio em um veículo de consumismo deve ser vista como uma consequência das relações de produção capitalistas, que

priorizam a maximização do lucro em detrimento do bem-estar coletivo e da satisfação das necessidades humanas genuínas.

Como consequência, observa-se, na sociedade atual, a primazia do Ter sobre o Ser (Martins, 2007), impulsionando uma busca desenfreada por prosperidade e sucesso material consequente da produção. Dessa forma, o tempo livre é substituído, cada vez mais e por diversas justificativas, pelo tempo produtivo - seja pela razão de sucesso financeiro através da produção, ou por obrigações profissionais em si, que dão vazão à redução do lazer pelo excesso de produtividade, disfarçado, quase sempre, de “melhor gestão de si”.

Nesse contexto, o capital não apenas busca expandir sua esfera de reprodução por meio da produção, mas também transforma o ócio em uma extensão desse ciclo, impulsionando o consumo como parte fundamental do processo. Para que haja consumo e preferências individuais por produtos e serviços, seja tangível ou intangível, é necessário que exista produção, que, neste período histórico, ocorre em moldes capitalistas. Esse processo resulta na mercantilização do lazer e, de forma mais específica, na produção das e nas Atividades Características do Turismo, que são moldadas pelas dinâmicas do mercado e pelas necessidades de produção de valor e de mais-valia, geradas pelo sistema capitalista, em que a maneira como a produção é organizada não apenas responde a essas necessidades, mas também molda o consumo, criando demandas e influenciando as preferências dos consumidores. A relação entre produção e consumo é dialética, com uma esfera condicionando e sendo condicionada pela outra (Ortigoza; Cortez, 2009).

A lógica da sociedade do trabalho intensificado só se sustenta quando acompanhada por um ócio orientado ao consumo, (e à produção embutida), no qual o tempo livre deixa de ser um espaço de descanso ou criação para se tornar mais um mecanismo de reprodução do capital.

Dessa maneira, a valorização do tempo livre como espaço de autonomia e bem-estar é progressivamente substituída por uma lógica em que a produtividade se impõe como imperativo absoluto. O neoliberalismo aprofunda essa dinâmica ao redefinir a relação entre trabalho e ócio, tornando-o funcional à manutenção do sistema capitalista.

Ao invés disso, o contexto que o idealizou, o capitalismo e, mais recentemente o ideário neoliberal, um dos seus desdobramentos renovados, sob a égide de seus principais corolários, a saber, flexibilização do trabalho, com fronteira cada vez mais tênue entre trabalho e não trabalho, fazendo com que as pessoas acabem dedicando tempo integral ao mesmo, além da, via desregulamentação de leis trabalhistas,

presença incômoda do desemprego. Com ele, os ganhos reais em lutas trabalhistas vêm diminuindo substancialmente. O receio de perder o emprego, que paira no ar, servindo como uma retração das lutas em prol de conquistas trabalhistas, exerce o papel de camisa de força, já que o trabalhador, seja do setor que for, hesita em lutar por melhorias, priorizando a manutenção do emprego (Camillo, 2011, p. 38).

Segundo Colombi (2007), longe de ser um momento de liberdade, o tempo não trabalhado é cada vez mais absorvido por demandas de autogerenciamento, qualificação contínua e estímulos ao consumo, advindos da necessidade de o sistema capitalista alavancar nova produção e circular cada vez mais rápido, reforçando a ideia de que a ociosidade deve, de alguma forma, ser produtiva. Essa produção condicionada ao consumo, determina as formas dele, assim como as formas de consumo determinam a produção, criando um ciclo interdependente que reforça as dinâmicas de exploração e acumulação. Nesse contexto, a absorção do tempo livre pelo mercado gera uma contradição fundamental: para que alguns possam usufruir desse tempo em atividades turísticas acessíveis pelo pagamento, é necessário que um contingente de trabalhadores esteja envolvido em atividades produtivas. Assim, o lazer e o turismo, longe de estarem dissociados do trabalho, são cada vez mais mediados pelo capital como relação social, mediando a subordinação do tempo livre às lógicas estruturais de produção e lucro.

Nesse contexto, o Club Méditerranée, como o objeto de estudo deste relato de experiência, se insere como um agente da chamada "modernização moral", promovida por uma fração progressista da pequena burguesia e da burguesia urbana, que impulsionou a difusão social do acesso ao lazer e às férias, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950. No entanto, com o avanço do capitalismo tardio e da Quarta Revolução Industrial, essa ampliação do acesso não representou uma ruptura com a lógica produtivista, mas sim a ressignificação do lazer como parte do próprio processo de acumulação. A separação entre tempo de trabalho e tempo de ócio torna-se cada vez mais difusa, à medida que o lazer é estruturado como um bem de consumo, vinculado a estratégias de distinção social e à valorização do capital simbólico e econômico.

Esse movimento reflete a crescente incorporação do ócio dentro da lógica produtiva do capitalismo, onde o tempo livre, longe de representar uma ruptura com a dinâmica do trabalho, torna-se mais uma engrenagem do sistema econômico. Assim, as férias e o lazer oferecidos por empreendimento como o Club Med não apenas legitimam a estrutura produtiva ao apresentar o descanso como uma necessidade para a retomada do trabalho, mas também inserem o próprio ócio no circuito do consumo

Esse modelo, por sua vez, está alinhado à crescente mercantilização do lazer, na qual o tempo livre é progressivamente integrado à lógica do consumo. O tempo livre, que poderia ser concebido como um espaço de descanso, introspecção ou criação espontânea, é progressivamente moldado como um tempo produtivo dentro da lógica capitalista, onde o lazer se torna mais um campo de consumo e reprodução do capital, pois, enquanto para aqueles que possuem poder aquisitivo ele se configura como um bem de consumo, para os trabalhadores inseridos nas atividades de lazer, representa um tempo de produção. Assim, o lazer se converte, pela indústria do turismo, numa nova mercadoria que passa a ser comercializada, transformando-se em capital produtivo (Brambatti, 2011, p. 2).

3 O TRABALHO NO TURISMO: DA HISTÓRIA DO CLUB MED AO RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DE VALOR NO RESORT.

3.1 Club Med: Fundamentos Históricos e sua Influência na Cultura do Turismo.

Fundado em 1950 pelo belga Gérard Blitz, o Club Méditerranée, atualmente conhecido como Club Med, consolidou-se como uma das maiores redes internacionais de hotéis voltados para o lazer. Sua criação aconteceu diante de um cenário marcado pelas dificuldades do período pós-guerra, falência dos modelos de lazer propostos pelos estados nacionais e democratização do acesso ao produto turístico junto às camadas médias europeias (Brandão, 2009).

A ideia de criação do Club Med nasceu em 1950, mais precisamente na data de 27 de abril, em uma pequena vila de pescadores da região das Ilhas Baleares, na Espanha. Gérard Blitz juntou-se a Gibert Trigano, que era fabricante de lonas, com o propósito de construir uma vila de tendas destinada às férias. Por ser um grande defensor da liberdade e amante da prática esportiva, o objetivo principal de Blitz era que as pessoas pudessem desfrutar da paisagem natural e praticar esportes (De Mello Oliveira, 2022, p. 23).

Percebe-se que “com o surgimento da sociedade urbana industrial, e posteriormente com a institucionalização das férias remuneradas, o tempo não produtivo ou de ócio foi se destinando progressivamente ao lazer e às viagens” (Espínola; De Andrade, 2015, p. 124), reforçando a relação entre capital e tempo livre - tudo isso através de serviços e infraestrutura de lazer e descanso, situando-se em locais com notáveis atributos cênico-paisagísticos. Maior prova disso é a própria evolução do Club Med.

Ao longo das décadas, o Club Med expandiu-se globalmente, adaptando-se às mudanças no mercado turístico e às demandas dos consumidores. Atualmente, a empresa opera dezenas de resorts de luxo, conhecidos como "*villages*", em diversos países. No Brasil, o Club Med possui três resorts localizados na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, oferecendo a experiência all-inclusive com esportes, atividades e gastronomia de alta qualidade. Em termos de mercado, o Brasil destacou-se como o segundo maior mercado para o Club Med, atrás apenas da França. Em um período recente, o país registrou 160 mil turistas hospedados nos resorts da marca. Quanto aos preços praticados nas filiais brasileiras, estes variam conforme a temporada, tipo de acomodação e pacotes escolhidos (Club Med, 2025) - lógica se evidencia na ampla adesão ao modelo *all-inclusive* e na comercialização do tempo livre como experiência exclusiva.

Para Réau¹ (2007), tal condução pelo Club Med tratou-se de reconverter esses recursos em capital econômico e/ou cultural. Seus clubes se assemelham a um "bricolagem bem-sucedida" na medida em que atendem às aspirações de categorias sociais emergentes (formadas e cultas) e participam da renovação dos lazeres. O Club Méditerranée, ao estruturar o lazer como um bem de consumo acessível mediante pagamento, exemplifica essa ressignificação do tempo livre dentro da lógica produtivista. A proposta de uma teoria do lazer que rompe com essa dicotomia sugere que o lazer não pode ser compreendido apenas como uma oposição ao trabalho, mas como uma esfera igualmente permeada por relações de exploração e acumulação, algo evidente na dinâmica do turismo contemporâneo e na experiência proporcionada pelo Club Med.

A criação do Club Méditerranée, portanto, remete a um contexto de transformação da concepção de lazer na sociedade ocidental do pós-guerra. No período que antecede sua fundação, observa-se uma tendência de ruptura com as formas tradicionais de lazer, até então fortemente vinculadas a convenções sociais rígidas, à influência de instituições políticas e religiosas, e a um modelo de sociabilidade estruturado em normas morais estritas (Réau, 2007). Nesse sentido, o Club Med se insere em um movimento que buscava oferecer uma alternativa mais livre e hedonista de vivência do tempo livre, onde “haveria” prazer e a descontração em contraposição ao lazer disciplinador e instrumentalizado que predominava até então.

Essa mudança na concepção do lazer pode ser compreendida dentro do processo mais amplo de modernização social, que inclui a crescente valorização do individualismo, a flexibilização dos costumes e a emergência de novas camadas sociais, especialmente uma classe média emergente, que buscava reafirmar sua identidade e status por meio de experiências culturais e de consumo. Diferente das formas tradicionais de orientação da juventude, que estavam fortemente atreladas a objetivos educativos e ideológicos, o modelo que deu origem ao Club Med dialogava com uma ideologia de bem-estar que se bastava a si mesma.

O conceito de *villages*, com seu formato *all inclusive*, reforça essa ideia ao oferecer um ambiente autossuficiente, onde todas as necessidades do turista são atendidas sem que ele precise sair do local, criando uma espécie de "bolha" de lazer desconectada das preocupações da vida cotidiana (De Mello Oliveira, 2022). Nesse contexto, a experiência oferecida pelo

¹ Tradução: Ana Vida Soares Santos

Club Med não apenas atende às aspirações das classes médias emergentes por novas formas de sociabilidade, mas também participa ativamente da transformação do próprio conceito de ócio.

3.2 Trabalho no Turismo: A Produção de Mais-Valia

No mundo do trabalho apresentam-se diferentes manifestações no contexto capitalista, necessárias para a compreensão das distinções que existem entre as diversas formas de trabalho, especialmente no setor de serviços. O trabalho, tradicionalmente, tem sido categorizado de maneiras que evidenciam suas funções no processo de produção e circulação de bens e serviços. Essas categorias começam a se diluir, especialmente quando observamos áreas como o turismo, onde a relação entre trabalho e valor gerado passa por transformações. No capitalismo, a produção de valor é uma das principais características do trabalho, que se divide, de forma clássica, entre o trabalho produtivo e o improdutivo.

O trabalho produtivo, em termos marxistas, é aquele que gera valor diretamente para o capital, ou seja, que contribui para a criação de mais-valia, o valor adicional apropriado pelo capitalista a partir da exploração do trabalhador. Por outro lado, o trabalho improdutivo não gera diretamente mais-valia. Tradicionalmente, trabalhos como os de serviços, educação, saúde, e o próprio lazer, no campo do turismo, são categorizados como improdutivos, pois sua função é mais voltada para o consumo imediato ou para a manutenção do bem-estar do trabalhador ou do consumidor, sem necessariamente gerar uma mercadoria que possa ser vendida (Marx, 2004).

No contexto atual do turismo, observa-se a tendência de que as dinâmicas próprias do trabalho produtivo, orientadas pela lógica do capital, passem a incorporar atividades tradicionalmente classificadas como improdutivas, conferindo-lhes nova funcionalidade dentro do circuito de geração de valor. Muitos serviços considerados inicialmente improdutivos começam a ser cada vez mais instrumentalizados para o processo de acumulação capitalista. Através do uso de plataformas digitais, por exemplo, serviços como hospedagem, transporte e alimentação, que no passado eram considerados atividades de lazer ou consumo pessoal, passaram a ser reconfigurados em termos de sua funcionalidade econômica. O trabalhador no setor de turismo, embora prestando um serviço diretamente ao consumidor, não está necessariamente envolvido na criação de um produto físico que será comercializado.

Ao proporcionar uma experiência de consumo organizada e otimizada pelo capital, o trabalho no turismo, antes marginalmente ligado ao processo produtivo, se torna uma parte integral e estratégica na geração de mais-valia, reforçando a interdependência entre os dois tipos de trabalho e contribuindo para a perpetuação do sistema capitalista.

O turismo pode ser caracterizado como uma atividade social, cultural e econômica que envolve a movimentação de pessoas para locais distintos de seu ambiente habitual, com o intuito de lazer. Assim, emerge como uma consequência do avanço das forças produtivas no contexto do capitalismo, pois “o aumento de turistas associado à potencialidade dos negócios ligados à hospitalidade-produtiva acaba requerendo e fomentando uma estrutura-suporte que pode configurar e reconfigurar realidades” (Martoni, 2019, p. 145). Esse desenvolvimento gera novas necessidades de consumo que devem ser atendidas durante o tempo livre, ou seja, aquele período que o próprio capital destina à recuperação física e mental dos trabalhadores, fundamental para a reprodução da força de trabalho, sendo que, para que essas necessidades sejam satisfeitas, é imprescindível a presença de um contingente de pessoas em atividade produtiva, que sustentam as dinâmicas de consumo e lazer. Nesse sentido, o turismo se torna uma expressão das dinâmicas sociais e econômicas que moldam as experiências de lazer.

O turismo, ao ser organizado e consumido, gera uma forma de mais-valia que se manifesta na exploração das atividades de lazer e na criação de demandas turísticas. Aqui, o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, não recebe integralmente o valor gerado por suas atividades, sendo a diferença entre o pagamento recebido e a riqueza produzida caracterizada como mais-valia. Essa relação, fundamental para a dinâmica do mercado, revela-se como um determinante central nas lógicas do capital. Mesmo que um pequeno produtor ou prestador de serviços turísticos não contribua diretamente para a geração de mais-valia no capital produtivo, ele participa dessa dinâmica ao financiar, pagar juros, ser tributado de forma regressiva e integrar-se às plataformas que estruturam e potencializam a produção e o consumo no contexto capitalista.

Assim, o tempo de lazer, ao invés de ser um espaço de pura desconexão do trabalho, é, na verdade, ressignificado como um espaço de consumo, onde o trabalhador, ao optar por viajar ou desfrutar de atividades de lazer, acaba contribuindo para a perpetuação do sistema capitalista. Esse ciclo reforça a ideia de que o lazer, longe de ser uma mera ociosidade, serve como uma extensão do próprio tempo de trabalho (ou de não trabalho), criando oportunidades de exploração econômica e simbólica.

O tempo de não trabalho, experienciado, por exemplo, pelos turistas em um Club Med, está diretamente relacionado ao trabalho de outros indivíduos que viabilizam o funcionamento do resort. Esses trabalhadores, em sua atividade produtiva contínua, operam sob condições de produtividade e exigências estabelecidas pelo sistema capitalista. O trabalho desses indivíduos, mediado pelo capital, resulta na geração de mais-valia. Embora recebam uma compensação por seus serviços, o valor gerado por esse trabalho – no que diz respeito aos serviços prestados e à operação do resort – excede o montante que lhes é pago, com a diferença sendo apropriada pelo capitalista. O tempo de lazer, portanto, não ocorre de forma isolada, mas é sustentado pelas condições estruturais que permitem sua realização, as quais envolvem uma dinâmica de subordinação e exploração.

Nesse contexto, os trabalhadores responsáveis pela manutenção e funcionamento do resort, assim como em outros setores turísticos, garantem a experiência de lazer dos clientes enquanto sua força de trabalho é apropriada. Deste modo, o lazer, entendido como tempo de não trabalho, não pode ser desvinculado da contínua dinâmica de produção e acumulação de valor que caracteriza o sistema capitalista. Portanto, a análise da relação entre trabalho, turismo e a produção da mais-valia se revela essencial para compreender as nuances do capitalismo contemporâneo e as formas como ele molda as experiências de lazer e consumo.

Na esfera econômica, o turismo seguiu mercadologicamente os mesmos princípios de qualquer atividade econômica do capitalismo, onde o importante é consumir. É quase como um círculo vicioso onde se trabalha para produzir e incentivar o consumo e onde se descansa consumindo e gerando trabalho para outras pessoas, isto quer dizer que estamos sempre consumindo, seja uma passagem aérea, um quarto de hotel, um passeio de barco, uma apresentação artística, um bilhete de cinema etc (Carlos, 2002 apud Espínola, De Andrade, 2015, p. 125).

Segundo (Marx, 1974), o trabalho produtivo é aquele que contribui para a acumulação de capital, sendo essencial para a reprodução do sistema capitalista. No campo do turismo, por exemplo, essa relação se manifesta na forma como os trabalhadores são mobilizados para atender à demanda por serviços de lazer e hospitalidade, que, embora possam parecer desconectados da produção industrial tradicional, estão integrados à lógica de valorização do capital. Tudo se transforma em mercadoria, incluindo a prática do turismo em si, por si só e como meio, sendo assim, “nem todos os serviços são improdutivos de valores [...] há serviços produtores de valores segundo as redes a que se vinculam” (Rosso, 2014, p. 86).

Nesse sentido, o turismo comercializa os destinos como mercadorias que proporcionam valor de uso ao satisfazer experiências idealizadas. Assim como qualquer outra mercadoria, essa venda é orientada para a obtenção de lucro, que é alcançado através da valorização estética dos espaços turísticos e, principalmente, pela geração da mais-valia gerada pelos trabalhadores. Esses profissionais são aqueles que efetivamente prestam os serviços de apoio aos turistas durante suas experiências de viagem, evidenciando a intersecção entre o turismo, o capital e a dinâmica de trabalho.

Entende-se, portanto, que as mercadorias devem primeiramente realizar-se como valor de uso antes de concretizarem-se como valores de troca, visto que o trabalho nelas investido foi utilizado de maneira útil para os outros. Logo, o valor de uso de uma mercadoria atua apenas como um meio para a produção e concretização do valor de troca, ou seja, sua venda. O que verdadeiramente importa é a transação comercial que gera lucro. Assim, a mais-valia previamente criada — seja pela transformação de matérias-primas em produtos tecnológicos, ou pela conversão de uma praia em um destino turístico com serviços especializados, hospedagem e alimentação — é realizada. O valor de uso, portanto, não passa de um veículo para a concretização da mais-valia, a qual é o motor que impulsiona o sistema de produção e intercâmbio no capitalismo.

Assim também, o turismo se vende e vende o lazer, antes concebido como um espaço de descanso ou fruição espontânea, aqui, torna-se um momento produtivo na medida em que se insere em uma lógica de autoaperfeiçoamento, reforço identitário e performance social. O turista não apenas consome um destino, mas também a própria experiência de lazer como um valor agregado à sua identidade.

A noção de uma nova "ética" do lazer, concebida para equilibrar as exigências utilitárias da sociedade com as necessidades pessoais e não utilitárias do indivíduo, acaba sendo distorcida, na prática, para atender aos interesses do capital, sobretudo na preservação dos pilares da propriedade privada, do trabalho e do capital. Essa dinâmica é expressa de forma evidente no turismo contemporâneo, uma vez que os mecanismos de extração de mais-valia e de geração de lucros tendem à constante ampliação — processo diretamente relacionado à reconfiguração espacial promovida pelo turismo, que, ao mesmo tempo, sustenta e potencializa tais mecanismos (Martoni, 2019, p. 160). A reconfiguração da lógica produtiva, impulsionada pela demanda constante por maximização do rendimento, provocou uma reinterpretação do tempo disponível. Espaços temporais anteriormente associados ao

descanso ou à sociabilidade passaram a ser absorvidos pela dinâmica do trabalho, transformando-se em intervalos passíveis de aproveitamento produtivo. Essa apropriação do tempo não laborativo demonstra uma estratégia do sistema econômico de ampliar sua influência sobre as esferas da vida cotidiana, convertendo momentos outrora desvinculados da produtividade em extensões funcionais da jornada laboral. Nesse contexto, o turismo se torna uma atividade que, embora aparente ser um momento de descontração e prazer, está intimamente ligado à lógica capitalista de produção e consumo.

Se “é da liberação do tempo que devia ser dedicado ao trabalho, que emerge a noção do tempo livre” (Aquino; De Oliveira Martins, 2007, p. 490), ele deve converter-se em tempo “para voltar ao trabalho” - um meio para um fim, um descanso visando produção. Dessa forma, o consumo de atividades de lazer não se limita a um mero momento de descontração; ele serve, simultaneamente, como um meio para reabastecer a força de trabalho.

O intervalo dedicado ao repouso e à recreação dos indivíduos é apropriado pelo sistema capitalista de modo a ampliar sua capacidade de gerar valor econômico. Esses momentos, longe de constituírem uma pausa autônoma, são organizados para garantir que os trabalhadores retornem às suas funções produtivas revitalizados e motivados, fortalecendo, assim, o ciclo contínuo de acumulação de capital. O descanso, dessa forma, não permanece como uma esfera separada das atividades laborais, mas é subordinado a elas, cumprindo um papel estratégico na sustentação da força de trabalho. Essa interligação reforça a compreensão do lazer como um elemento funcional dentro da lógica econômica vigente, assumindo simultaneamente o status de mercadoria consumida e de componente essencial para a reprodução da vida produtiva (Soares, 2019).

3.3 Entre o Trabalho e o Lazer: Um Relato de Experiência como Funcionária no Club Med

Iniciei meu trabalho no Club Med Rio das Pedras, localizado em Conceição de Jacareí, Mangaratiba - RJ, em 2021, atuando como recreadora infantil, responsável por atividades voltadas a crianças e adolescentes. O resort, situado em uma área de 33 hectares, possui uma infraestrutura muito diversificada que abrange, por exemplo, o Mini Club, onde desenvolvi grande parte das minhas atividades, em que há uma piscina exclusiva para os pequenos, para o desenvolvimento lúdico e brincadeiras aquáticas. Além disso, o resort conta com outras duas

piscinas – a principal, acessível a todas as idades, e a piscina calma, voltada para maiores de 16 anos, com vista privilegiada para o mar.

Minha atuação como recreadora infantil envolvia a organização de jogos, oficinas e eventos, sempre com o objetivo de promover momentos de lazer e integração entre as crianças. Além das atividades aquáticas, o Club Med Rio das Pedras oferece diversas opções esportivas, como quadras poliesportivas e de tênis, arco e flecha e uma Escola de Esqui Aquático e Wakeboard, sendo esta última um dos grandes atrativos do local. Todas as atividades eram supervisionadas pelos GOs (Gentis Organizadores), profissionais do Club Med responsáveis por garantir a animação e o entretenimento dos hóspedes.

A hierarquia dessa unidade do Club Med é estruturada para garantir a organização e o funcionamento eficiente de seus resorts. No topo da liderança global, está o CEO, responsável pela administração geral da marca em nível internacional. Abaixo dele, os Diretores Regionais supervisionam as operações em áreas geográficas específicas, como América do Sul ou Europa, garantindo a padronização e a qualidade dos serviços. Cada resort, por sua vez, é gerenciado pelo Chef de Village, que atua como o principal responsável pelo local, coordenando todas as operações e equipes para assegurar a melhor experiência aos hóspedes.

Dentro da equipe operacional, há duas categorias principais de colaboradores: os G.Os (Gentis Organizadores) e os G.Es (Gentis Empregados). Os G.Os são aqueles que interagem diretamente com os hóspedes, criando a atmosfera do Club Med. Nós residimos dentro do resort e desempenhamos funções diversas, como instrutores de esportes e recreadores, além de profissionais de entretenimento, como dançarinos, cantores e DJs. Também há G.Os dedicados ao atendimento ao cliente, atuando na recepção, no concierge e na organização de eventos sociais, além dos que trabalham na gastronomia, como bartenders e garçons.

Por outro lado, os G.Es são responsáveis por funções operacionais e de suporte, garantindo o funcionamento das instalações. Diferente dos G.Os, eles normalmente não interagem diretamente com os hóspedes e não residem no resort, sendo transportados diariamente por meio de um ônibus fornecido pelo Club Med. Suas atividades incluem trabalhos na cozinha, como chefs e auxiliares, serviços de limpeza e manutenção, realizados por camareiras, jardineiros e equipe técnica, além de serviços essenciais como TI, segurança e eletricistas.

Desde o início, houve apenas um breve treinamento geral sobre o funcionamento do resort, e não um treinamento específico para a função de cada G.O, como no meu caso, em que não houve desenvolvimento das habilidades para as atividades de recreação com as crianças. As habilidades práticas e a abordagem eram adquiridas ao longo do trabalho, por meio da experiência cotidiana.

No contexto das contratações realizadas em resorts, observava-se a prevalência de vínculos temporários ou sazonais, ajustados de acordo com a oscilação da procura em períodos de maior movimentação, como férias e feriados prolongados. Embora a jornada contratual estivesse estipulada em oito horas diárias, a realidade prática revelava uma carga de trabalho superior à prevista. A intensa rotina de atividades, somada à necessidade de disponibilidade constante para atender demandas dos hóspedes, fazia com que o tempo destinado ao repouso fosse frequentemente absorvido por tarefas adicionais. Em situações como a permanência obrigatória até a retirada tardia de crianças, verificava-se uma extensão da jornada que, sob a ótica da legislação trabalhista, poderia ser enquadrada como prestação de horas extraordinárias. Contudo, tais períodos não eram formalmente registrados, nem tampouco remunerados como serviço extra, resultando em uma sobrecarga não reconhecida financeiramente pela instituição.

Além disso, por residirmos dentro do hotel, havia uma falsa sensação de estar em serviço ininterruptamente, já que, mesmo fora do horário formal, precisávamos estar à disposição para qualquer eventualidade. O conceito de interação constante com os hóspedes é um dos pilares do modelo de hospitalidade da empresa, sendo incentivado desde o processo seletivo e reforçado ao longo da experiência no resort. Assim, o RH está ciente dessa prática, mas ela não é formalmente imposta como uma obrigação contratual. Em vez disso, a convivência contínua entre funcionários e hóspedes dentro do mesmo espaço cria, na prática, essa sensação de disponibilidade constante. Isso ocorre porque os G.Os não apenas trabalham no resort, mas também vivem no ambiente onde o serviço é prestado, compartilhando áreas comuns e participando da experiência social do local. Assim, a linha entre tempo de trabalho e tempo livre se torna difusa, resultando na impressão de estar sempre à disposição, mesmo fora do expediente formal.

Trabalhar no Club Med inclui a moradia dentro do resort como parte do pacote oferecido pela empresa. Os funcionários, especialmente os G.Os, vivem nas dependências do resort, o que pode gerar a sensação de estar trabalhando 24 horas por dia. Geralmente, são

alocados em quartos compartilhados com comodidades básicas, e as condições de hospedagem variam conforme o cargo e o setor de atuação. Além da moradia, as refeições também estão inclusas no pacote, permitindo que os funcionários consumam os mesmos alimentos servidos aos hóspedes.

Essa dinâmica reforçava a ideia de uma jornada contínua e sem delimitações claras entre tempo de trabalho e tempo livre. Percebi de perto como o tempo do trabalhador é apropriado sem compensação. Esse mecanismo evidencia a intensificação da extração da mais-valia absoluta, uma vez que o capitalista se apropria de uma maior quantidade de trabalho sem a devida compensação salarial ou redução proporcional da jornada. A acumulação do capital fundamenta-se na combinação entre mais-valia absoluta, obtida pela ampliação do tempo de trabalho, e mais-valia relativa, derivada do aumento da produtividade.

No contexto analisado, observa-se um acentuado crescimento da mais-valia absoluta, pois a extensão da disponibilidade do trabalhador não se traduz em melhorias salariais ou condições mais favoráveis. Essa dinâmica reflete a relação dialética entre capital e trabalho, na qual o aumento da mais-valia ocorre em detrimento das condições laborais e da remuneração. Inversamente, qualquer elevação salarial ou redução efetiva da jornada implicaria uma limitação na apropriação da mais-valia pelo capitalista. Além disso, há uma dimensão da mais-valia relativa, uma vez que a eficiência do trabalho é maximizada pela polivalência dos funcionários, que aprendem a desempenhar diversas funções sem treinamento formal. No caso da recreação infantil, a ausência de um preparo específico força os trabalhadores a se adaptarem e adquirirem habilidades na prática, permitindo que o capitalista reduza custos operacionais e aumente a produtividade sem investimento direto na qualificação da mão de obra.

Outro aspecto incômodo era a tentativa de criar uma ilusão de igualdade entre funcionários e hóspedes. A estrutura organizacional do resort enfatizava que os trabalhadores estavam inseridos em uma experiência similar à dos clientes, com acesso aos mesmos espaços, alimentação e acomodações:

Assim, o Club Med oferece uma qualidade de vida com tudo que é oferecido aos hóspedes também para seus colaboradores nos momentos em que estes não estão trabalhando, podendo usufruir e aproveitar juntamente dos amigos que fazem durante o período que ali estão (De Mello Oliveira, 2022, p. 31).

No entanto, essa aparente equivalência mascarava a realidade da hierarquia existente, na qual a mão de obra era explorada sob a justificativa de uma suposta experiência

privilegiada. A remuneração, por sua vez, era a mais baixa entre as categorias do hotel, com um salário médio de R\$ 1.710 mensais, evidenciando a disparidade entre o discurso e a prática. O ambiente de trabalho no resort também refletia as desigualdades materiais existentes entre funcionários e hóspedes, apesar da retórica oficial que sugeria uma convivência equiparada. Os alojamentos destinados aos colaboradores situavam-se em áreas específicas, separadas dos espaços exclusivos para visitantes, apresentando condições bastante modestas. Os quartos eram compartilhados por dois a quatro trabalhadores, com infraestrutura básica que contrastava nitidamente com o conforto das acomodações dos clientes. Quanto à jornada laboral, os funcionários cumpriam uma escala 6x1, ou seja, trabalhavam seis dias consecutivos e gozavam de um dia de folga semanal. Esse único dia de descanso, por vezes, era o momento em que os trabalhadores buscavam deslocar-se até o centro da cidade mais próxima, enfrentando trajetos longos e transporte público limitado, o que restringia as possibilidades de lazer efetivo fora do ambiente do resort. Dessa forma, embora a empresa promovesse a ideia de integração e igualdade, as condições concretas de moradia, trabalho e descanso evidenciavam as desigualdades intrínsecas à estrutura organizacional e hierárquica do estabelecimento.

No contexto do meu trabalho, percebia-se trabalhadores com um volume de serviços muito superior ao necessário para cobrir seus próprios salários, gerando um excedente que é apropriado pela corporação - principalmente em relação a exigência constante de disponibilidade, na sobrecarga de funções e na fusão entre tempo de trabalho e tempo livre, tornando a exploração da força de trabalho ainda mais intensa, visto que para a manutenção do resort e a acumulação de capital, o excedente gerado pelo trabalho deve necessariamente superar a massa salarial. Isso se concretiza na intensificação do tempo de trabalho e na maximização da extração de mais-valia, seja por meio da extensão da jornada ou da intensificação do ritmo de trabalho. Como explicou Marx (2006, p. 36), é para sobreviver que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, mas, nesse processo, ele produz muito além do que recebe em troca, garantindo a valorização do capital por meio da extração de mais-valia.

Para além, há um mantra que “os funcionários devem ser prestativos em tudo que os hóspedes tiverem necessidade, seja ao repassar uma informação, um sorriso ou um mero cumprimento”, dessa forma, até mesmo o comportamento é exercido como trabalho nesse setor, e para além, também mercantilizado.

Além da sobrecarga e da indefinição dos tempos de descanso, a estrutura do resort reforçava uma clara divisão de classes. Os funcionários tinham a obrigação de proporcionar um ambiente de lazer e prazer para os hóspedes, que pertenciam majoritariamente à elite econômica, evidenciando a reprodução das relações de dominação do capitalismo. Essa desigualdade se reflete nos preços das diárias, que variam entre R\$ 1.200 e R\$ 4.000, em contraste com os salários dos funcionários. Os G.Os (Gentis Organizadores) recebem entre R\$ 1.500 e R\$ 2.000 mensais, enquanto os G.Es (Gentis Empregados), responsáveis por funções operacionais, recebem em média R\$ 1.500, próximo ao salário-mínimo. O trabalho não é apenas intenso e exaustivo, mas se fundamenta na exigência de oferecer entretenimento e satisfação clientes, tornando evidente a exploração da força de trabalho no setor turístico.

A lógica do turismo de luxo, exemplificada pelo Club Med, opera por meio da valorização do espaço e da oferta de experiências exclusivas, cujo preço embute certas configurações da exploração do trabalho. O resort se posiciona como um ambiente de lazer, mas, para que essa experiência seja viabilizada, há uma estrutura de trabalhadores que dedicam sua força de trabalho para sustentar essa operação. Essa dinâmica reforça a hierarquia social do turismo: enquanto os turistas pagam para consumir o lazer como uma mercadoria, os trabalhadores vivem nele sem nunca poder usufruí-lo plenamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como finalidade examinar, de maneira crítica e aprofundada, as mutações nas configurações do trabalho e dos sistemas produtivos no capitalismo atual, com ênfase nas implicações advindas das quatro principais fases do processo industrial. Observou-se, ao longo da pesquisa, que essas transformações não se limitaram às esferas tradicionalmente associadas à produção material, mas avançaram sobre dimensões da vida anteriormente preservadas da lógica capitalista, como o lazer e o turismo. Com esse propósito, definiu-se como objetivos específicos: interpretar os efeitos históricos das revoluções industriais sobre a estrutura do trabalho; problematizar a apropriação do tempo livre como engrenagem funcional aos mecanismos de acumulação; identificar as formas contemporâneas de geração de mais-valor em contextos turísticos; e analisar criticamente as estratégias de controle simbólico e econômico presentes em experiências laborais no setor hoteleiro, com ênfase no modelo organizacional do Club Med.

A hipótese que guiou o percurso teórico e metodológico partiu da suposição de que o capitalismo contemporâneo vem promovendo uma fusão entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo originalmente destinado ao descanso, transformando este último em recurso útil à reprodução da força de trabalho e, portanto, em ativo economicamente explorável. No setor turístico, esse processo se evidencia por meio de dispositivos que integram emoções, linguagem, performance e interação social como elementos produtivos. A vivência empírica da autora como funcionária em um resort serviu como base para observar como discursos de pertencimento e horizontalidade entre empregados e clientes são empregados para reforçar práticas de extração de valor que, embora sutis, mantêm-se ancoradas em formas rígidas de subordinação ao capital.

No desenvolvimento do segundo tópico central, foi possível reconstituir os marcos históricos que conduziram à consolidação do capitalismo industrial, com ênfase na importância das condições sociais e estruturais que permitiram o surgimento de uma classe trabalhadora desprovida de meios de produção e compelida à venda de sua força de trabalho. Demonstrou-se que a técnica, ainda que determinante, não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um processo mais amplo de reorganização das relações sociais e econômicas. A expropriação da terra e a gradual dissolução das corporações de ofício, ao lado da emergência de um mercado consumidor em expansão, constituíram pilares decisivos para a ascensão do modo de produção industrial moderno.

O terceiro tópico abordou como o tempo livre, uma vez apropriado pela lógica da produção, deixa de configurar um espaço de emancipação ou autonomia. Com a difusão de plataformas digitais, contratos flexíveis e modalidades de trabalho intermitente, as fronteiras que antes separavam atividades produtivas e não produtivas se tornam permeáveis. O lazer, então, passa a ser organizado com vistas à eficiência e ao retorno econômico, o que redefine sua natureza e função dentro da sociedade capitalista. A esse respeito, observou-se que a economia do turismo opera como campo privilegiado de tal apropriação, sendo a experiência oferecida ao consumidor inseparável da exploração simultânea dos sujeitos que a tornam possível.

A vivência no ambiente laboral do Club Med foi adotada como referência empírica para sustentar as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa. Verificou-se que a estrutura institucional do resort promove uma representação de convivência nivelada entre empregados e visitantes, ancorada no compartilhamento de espaços, refeições e práticas de lazer. Essa dinâmica, porém, opera como recurso simbólico que encobre desigualdades estruturais. Embora haja uma aparência de simetria nas interações cotidianas, persiste um modelo hierarquizado de organização do trabalho, sustentado por remunerações modestas, jornadas extensas e mecanismos de vigilância diluídos no cotidiano da empresa.

A rotina laboral, organizada segundo o regime 6x1, associada à localização periférica das acomodações destinadas ao quadro funcional, bem como às dificuldades logísticas para se deslocar até áreas urbanas nos dias de descanso, intensifica a sensação de afastamento e dependência da empresa. Tal arranjo institucional favorece a permanência prolongada dos trabalhadores no espaço de atuação profissional, exigindo deles não apenas esforço físico, mas também a mobilização constante de aspectos emocionais e subjetivos. Dessa forma, o empreendimento incorpora os diversos aspectos da existência dos indivíduos ao seu sistema de funcionamento, configurando uma lógica produtiva que ultrapassa os limites tradicionais do trabalho.

Dessa forma, constata-se que o capitalismo contemporâneo incorpora à sua lógica de funcionamento dimensões cada vez mais amplas da vida social. No setor do turismo, tal processo assume formas sofisticadas de controle e exploração, mascaradas por discursos de valorização da experiência e da convivência. O caso do Club Med, analisado a partir de uma perspectiva interna, permitiu demonstrar como práticas aparentemente neutras ou benévolentes podem se inscrever em estratégias deliberadas de geração de mais-valor. A reconfiguração do tempo, da linguagem e da própria subjetividade do trabalhador compõe, nesse contexto, uma nova fronteira da acumulação capitalista.

Decifrar os elementos que estruturam as configurações atuais do trabalho constitui etapa indispensável para a construção de alternativas que rompam com a lógica automática de reprodução do modelo vigente. Ao tornar visíveis os mecanismos sutis, embora duradouros, de subordinação presentes nas práticas laborais contemporâneas, esta análise amplia o debate em torno da importância do tempo livre, da autodeterminação e da valorização das condições humanas nas dinâmicas produtivas.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. O. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho.** Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2007.
- ALMEIDA, Adriana Sousa de. **Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países avançados.** Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/296833044.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2025
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** Coimbra: CES/Almedina, 2013 », Configurações [online], 12 | 2013, posto online no dia 08 outubro 2014, consultado o 21 dezembro 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/configuracoes/2192>>. Acesso em: 17 de março de 2025
- ARAÚJO, Wécio Pinheiro. **Trabalho, valor e tecnologia na indústria 4.0: como as revoluções industriais aprofundam a produção de mais-valor relativo.** Universidade Federal da Paraíba, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33269>>. Acesso em: 28 de setembro de 2025
- BRAMBATTI, L. E. O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual. In: **Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, 12.** 2015. Natal. *Anais...* Natal: ANPTUR, 2015, p. 1-12.
- BRANDÃO, A. L. **A ORGANIZAÇÃO DO LAZER E SEUS PRAZERES: Um estudo de caso sobre o Club Med no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Tradução de Nathanael Caixeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CAMILLO, E. J. **O ócio como um direito perpassado pela educação.** Revista Reflexão e Ação, v. 19, n. 1, 2011.
- CAVALCANTE, Z. V.; SILVA, M. L. S. da. **A importância da Revolução Industrial no mundo da Tecnologia.** Encontro Internacional de produção científica CESUMAR, Editora CESUMAR, Anais eletrônico. Maringá. 2011.
- CLUB MED JOBS (2025). **Nossos compromissos.** Disponível em: <<https://www.clubmedjobs.com/pt-br/nossos-compromissos>>. Acesso em: 17 de março de 2025
- CLUB MED (2025). **Saiba tudo sobre o Club Med e a sua experiência.** Disponível em: <<https://www.clubmed.com.br/l/tudo-sobre-o-club-med>>. Acesso em: 17 de março de 2025
- COLOMBI, Ana Paula Fregnani. **O tempo livre, o lazer e o trabalho no capitalismo contemporâneo.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122143/Economia293507.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 de setembro de 2025

CORRÊA, Valcionir. **Apologia do ócio como crítica da sociedade do trabalho.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82335/189447.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 de setembro de 2025

CUOGO, F. C. **Reflexo da Terceira Revolução Industrial na sociedade informacional e sua relação com a educação à distância.** Conclusão de curso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, 2012.

CUNNINGHAM, J. **An Essay on Trade and Commerce: Containing Observations on Taxes.** London: Hooper, 1770.

DATHEIN, RICARDO. **Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX.** Publicações DECON Textos Didáticos 02/2003. DECON/UFRGS, Porto Alegre, fevereiro, 2003.

DE MELLO OLIVEIRA, P. **Os gentis organizadores do Club Med: uma análise sobre a profissão e a perspectiva da hospitalidade na vida destes profissionais.** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.

DOS SANTOS, P. R. F. **A intensificação da exploração da força de trabalho com a produção flexível: elementos para o debate.** O Social em Questão, ano XIV - nº 25/26, 2011, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ESPÍNOLA, R. S.; DE ANDRADE, M. O. **A produção do Turismo no Capitalismo Contemporâneo: O Mercado de Resorts do município de Conde (PB).** Ideias, Campinas, SP, v.5, n.2, 2015.

FLAMINO, L. G. **Inovação e as revoluções na indústria.** Revista Iniciativa Econômica, 2023.

FRAGOSO, E. et al. **Inovações tecnológicas do século XIX.** Revista de História Contemporânea, n. 1, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (1970).

LIMA, J.C.F., NEVES, L.M.W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, 320 p. ISBN: 978-85-7541-612-9. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2025

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Página Aberta, 1995.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** v. 1. Moscow: Progress Publishers, 1974.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.** 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** Tradução de Sérgio Lessa. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTONI, RODRIGO. M. **Turismo & Capital.** Curitiba: Appris, 2019.

MEDEIROS, S. M.; ROCHA, S. M. M. **Considerações sobre a terceira Revolução Industrial e a força de trabalho em saúde em Natal.** Ciência & Saúde Coletiva, 9(2): 399-409, 2004.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida G., CORTEZ, Ana Tereza C. **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/n9brm>>. Acesso em: 27 de setembro de 2025

PASQUINI, N. C. **Revolução Industrial: uma abordagem conceitual.** Revista Fatec, v. 8, n. 1, p. 29-44, ago. 2020.

RAMOS, Adriana., ORTIZ, Fátima Grave., PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades: reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social.** Editora UFJF, 2023. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/05/O-TRABALHO-PROFISSIONAL-DOA-ASSISTENTE-SOCIAL-E-SUAS-POSSIBILIDADES.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2025

RÉAU, Bertrand. **S'inventer un autre monde: Le Club Méditerranée et la genèse des clubs de vacances en France (1930–1950).** Actes de la recherche en sciences sociales, n. 170, p. 66–87, 2007. Éditions Le Seuil.

RIBEIRO, Celso Ricardo. Processo de implementação da manutenção produtiva total (T.P.M.) na indústria brasileira. Taubaté: UNITAU/Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, 2003. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/52303233/ribeiro-celso_ricardo-libre.pdf. Acesso em: 28 set. 2025.

ROSSO, S. D. **Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços.** Caderno CRH, v. 27, n. 70, p. 75–89, jan. 2014.

RUAS, J. **Lazer e poder.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil.** Editora Ática, ed.3, julho 2006.

SANTOS, Andrielly Caroline dos. **Oportunidades e desafios para eletrificação do setor de transporte público brasileiro de passageiros.** Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/16738/cea_economia_tcc_santos_ac.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de setembro de 2025

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática - as consequências sociais da segunda revolução industrial.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial / tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2019.

SILVA, DB da; SILVA, Ricardo Moreira da; GOMES, Maria de Lourdes Barreto. O reflexo da terceira revolução industrial na sociedade. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 23., 2002, Curitiba-PR. Anais [...] Curitiba-PR, 2002.

SILVA, M. C. A. da; GASPARIN, J. L. **A Segunda Revolução Industrial e suas influências sobre a Educação Escolar Brasileira**. Histedbr, 2015.

SOARES, J. M. **O lazer e o tempo do não trabalho no capitalismo: as ilusões do consumo**. Licere, v. 22, n. 3, 2019.